



16º Seminário de Extensão

PROJETO RONDON DE JULHO DE 2014 - A BUSCA POR APLICAÇÃO DO DIREITO

Autor(es)

ROBERTHA MAZERO PRESTES
VICTOR AUGUSTO FORTI

Orientador(es)

CIBELE ADRIANA PERINA AGUIAR

Resumo Simplificado

O Projeto Rondon é uma ação coordenada pelo Ministério da defesa, colaboração de outros ministérios e das Forças Armadas. Em julho de 2014, na cidade de Jurema/PE, a Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP participou do projeto na “Operação Guararapes”. Para a operação muitas ações foram planejadas, dentre elas uma oficina que tinha como foco a articulação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA com o Código Penal. Participaram do planejamento e do desenvolvimento da oficina duas alunas, uma do curso de direito e outra do curso de psicologia. A oficina foi oferecida aos conselheiros tutelares da cidade. A estudante de direito tinha como proposta tratar das questões que envolvem os menores infratores e a maioria penal. Diante da realidade local a dinâmica do trabalho foi modificada, o ponto chave foi a negligência de todas as ordens (da família, da sociedade e do Estado) vivenciada por menores no cotidiano. Estas podem ocorrer por diversos motivos como: o visível risco de viver em um contexto intrafamiliar desajustado; certezas criadas no contexto sociocultural a partir da crença de que o sujeito desajustado não vai mudar, mesmo quando receber apoio; a quebra da expectativa de mudança da situação do menor em risco, podendo levar aquele que deveria resguardar os direitos e acolher o menor a crer que o menor é que está em débito com a sociedade e o contrário não pudesse ocorrer; a falta de informação e formação para dar encaminhamento nas ações efetivas dos conselheiros, marcando o despreparo e as consequências deste etc. A oficina cumpriu o seu papel de informar e estimular os conselheiros a uma mudança de olhar para o desenvolvimento do trabalho com os menores, seus familiares e a necessidade de criar estratégias de atuação que sejam de fato mais efetivas e humanitárias. Retornando da operação, a estudante de direito buscou ampliar a sua pesquisa sobre o direito do menor, seja este infrator ou não. De início buscou conhecer entidades que trabalham no amparo da infância e da juventude em sua cidade – Piracicaba-SP, tendo como referência a inexistência destas entidades na cidade de Jurema/PE. Ainda, procurou no Conselho Nacional de Justiça e de Direitos Humanos produções que trabalhassem o assunto, obtendo mais informações para colaborar com as questões que ainda estavam pendentes para elaborar um balanço da complexidade que envolve o trabalho dos que têm como foco o menor, que pode levar a negligência. O trabalho com menores, infratores ou não, possui falhas inclusive de caráter ético-jurídicas, não primando pelo ponto chave que o trabalho envolve seres humanos em seus mais variados contextos socioculturais. No balanço foi possível apurar que há distanciamento e interligações entre a realidade da cidade de Jurema/PE e de outras localidades apresentadas em trabalhos publicados e até mesmo nas entidades visitadas. A postura desejada em todos os lugares é a de buscar a melhoria de vida para o cidadão ainda que menor, da família e a sociedade em geral, em específico nos aspectos legais e no bem jurídico. Neste sentido, jovens que muitas vezes são violentados fisicamente, psicologicamente e moralmente, devem ter os seus direitos resguardados, descritos na Constituição Federal e no ECA.